**Ata da quarta reunião ordinária do CMDM.**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, aconteceu a quarta reunião ordinária do CMDM, na sala de atendimento multiprofissional, do Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher, Rua Itamar Guará, Três Poderes, Imperatriz – MA. A reunião teve início às 9h05m, com a presença das conselheiras: Conceição Amorim, Elizabeth Dallo, Aline Marque, Euramir Reis, Ercy Chaves, Sueli Brito, Thamisa Fialho, Amélia Muniz e Edna Ventura. A sra. Margarete Valente, participou da reunião como suplente do Clube das Mães de Imperatriz, que substituirá a sra. Silvane Vasconcelos, a solicitação de nomeação foi encaminhada para o gabinete do Prefeito, pela secretária da Casa dos Conselhos, mas ainda não foi emitida. A pauta da reunião tratou dos seguintes pontos: Atividade do 25 de novembro - Dia Internacional de Luta Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, a ser realizada pelo CMDM e informes gerais. Dando início ao debate sobre o dia 25 de novembro, a conselheira Conceição Amorim, afirmou que essas datas construídas pelos movimentos feministas e movimentos sociais são emblemáticas e oportunas para que as/os gestores prestem conta para a sociedade de suas ações, possibilitando a sociedade civil, conhecer, avaliar e sugerir a superação das deficiências, portanto propõe que o Conselho realize no dia 25 de novembro uma audiência pública, com os principais serviços da Rede: DEM, VARA, PROMOTORIA, DEFENSORIA, CRAM e outros a partir de um roteiro de questões previamente apresentadas pelo CMDM. O objetivo é que a sociedade conheça a REDE, as gestoras e servidoras públicas que estão a frente dessas políticas e os resultados dos trabalhos desenvolvidos por cada um dos órgãos, fortalecendo o controle social e as políticas públicas para a mulher no município. Após várias considerações sobre a necessidade e importância de uma atividade que mobilize parte da REDE no dia 25 de novembro, a maioria concordou com a realização da Audiência Pública, as 19hs, ficando o local a ser definido entre o auditório da Academia de Letras e UEMASUL. A Secretária da mulher, Edna Ventura, lembrou que já há dois anos a SMPM desenvolve a campanha **Imperatriz pelo fim da violência**, e que a REDE se reunirá no início de novembro, dia 04 para definir as ações do 25 de novembro e destacou a importância de representantes do CMDM se fazer presente e já pautar a audiência pública, que foi acatada por todas. Em seguida a título de registro e conhecimento geral, foi feito um relato da Tribuna Popular ocorrida no dia 04 de outubro sobre a Casa da Mulher Maranhense, pautada pelo CMDM, que apresentaremos como anexo dessa ata. A Conselheira Thamisa Fialho, convidou todas para se fazerem presentes no encerramento da campanha do outubro rosa, que acontecerá com uma caminhada no dia 31 com concentração na Pça de Fátima e saída as 8hs até a Praça Brasil. Em seguida a Secretária de Políticas para a Mulher e também suplente no CMDM, informou, em resposta ao oficio nº11 do CMDM, sobre a formação do Conselho. Explicou que a grade curricular construída em parceria com o Conselho, exige das pessoas que vão fazer a capacitação expertise nas temáticas e nas políticas públicas existente no município e que a tendência é entrar com um procedimento de dispensa de licitação pois trata-se de escolha discricionária do gestor público - que pode, a depender do fato concreto, contratar diretamente por livre escolha, se tratando de profissional com expertise comprovada, e que nesse caso a profissional qualificada na cidade é Conceição Amorim. As conselheiras que se manifestaram concordam que, se não houver impedimento jurídico, pelo fato da mesma ser conselheira e presidenta do CMDM, a mesma está habilitada dentro dos critérios, para ministrar o conteúdo disposto na grade do curso. Considerando a legalidade e

legitimidade do processo, a conselheira se colocou à disposição para fazer a capacitação. Após as intervenções favoráveis à posição da Secretária e da equipe da SMPM, as conselheiras ficaram, de definir até a próxima reunião, dias e horários da capacitação. A carga horaria da formação é de 40hs, sendo, portanto, necessário que todo o grupo se organize para participar. A mesma deverá acontecer até o final de janeiro de 2020. A conselheira, Elisabeth Dallo, atuando como titular nessa reunião, atendendo a solicitação da presidenta do Conselho no grupo do *WhatsApp,* informou que a principal demanda de sua entidade, para garantia dos direitos da mulher de Imperatriz, é a melhoria do acesso a saúde pública do município. Explicou, a partir da sua própria experiencia, que exames especializados têm demorado a ser marcados assim como as consultas, e que a Pastoral da Criança entende ser essa uma pauta a ser tratada com urgência pelo CMDM. As conselheiras que se manifestaram destacaram a importância do CMDM incentivar a organização dos(as) usuárias do Sistema Único de Saúde para coletivamente, lutar em defesa do SUS, assim como organizar grupo de usuárias para apresentarem denúncias coletivas, junto ao Ministério Público Estadual e a Defensoria. Nenhuma outra entidade ou secretaria se manifestou acerca das demandas de seus setores. O próximo ponto de pauta tratou sobre os terrenos baldios da área da antiga lagoa da COVAPI, a conselheira Conceição Amorim informou que tem observado que a maioria deles foram murados, no entanto os mesmo estão sem portões, mantendo ou aumentando o risco para as mulheres que circulam naquela região de serem atacadas e facilmente arrastadas para dentro desses lotes. A conselheira Sueli Brito completou a informação e afirmou que essa é uma realidade também nos bairros periféricos. Esta é uma demanda que o CMDM tem pautado desde sua criação, através de ofícios, conversas formais e informais com gestores. Deliberou-se que o CMDM encaminhará ofício para a Secretária de Planejamento Urbano, solicitando que os terrenos baldios além de murados tenham portões, portas ou algum tipo de cerca que impeça o acesso aos mesmos, em cumprimento ao Código de Postura do Município. Por último, foi informado pela conselheira Conceição Amorim, que estudantes do curso de história da UEMASUL denunciaram um professor na Delegacia e na ouvidoria da instituição por assédio sexual, fato ocorrido no decorrer de uma aula, quando o professor passou a usar o nome de algumas alunas para exemplificar relações poligâmicas em tribos africanas, a informação tem por objetivo manter o CMDM atento para os encaminhamentos dados por ambas instituições, é necessário que estes casos sejam apurados e as punições se deem numa perspectiva pedagógica e de amplo debates na comunidade universitária, para que essa prática seja combatida veementemente. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi encerrada e eu Conceição Amorim, redigi essa ata que após lida e aprovada será assinada por todas as conselheiras presentes na reunião. Imperatriz – MA, 25 de outubro de 2019.

**RELATO DA TRIBUANA POPULAR NA CÂMARA DE VEREADORES DE IMPERTRIZ - MA. SOBRE A COSNTRUÇÃO DA CASA DA MULHER MARANHENSE.**

**Tribuna Popular –** Câmara de Vereadores de Imperatriz, dia 04 de outubro de 2019, a presidenta do CMDM Conceição Amorim, usou da tribuna e fez uma retrospectiva sobre a implantação dos serviços de enfrentamento a violência contra a mulher de Imperatriz destacando a necessária e importante atuação das entidades da sociedade civil e do CMDM para construção da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher do município. Assegurou que o primeiro serviço implantado no município foi a Delegacia Especializada da Mulher em 1990, fruto da luta do movimento feminista nacional e estadual. O segundo serviço de assistência às vítimas de violência doméstica e familiar foi a Casa Abrigo Drª Ruth Noleto. Construída com recursos do Ministério dos Direitos Humanos conveniado com a Prefeitura de Imperatriz em 2002, foi concluída em 2004 e só teve suas atividades implementadas em junho de 2007 depois de muitas denúncias do movimento social. O terceiro instrumento da Rede de enfrentamento implantado foi a Vara Especializada De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher - Criada pela lei complemento n. 104 de 26 de dezembro de 2006, instalada no dia 23 de agosto de 2007, e destacou que a mesma foi instalada antes da Vara da capital. No início do 2009 foi instalada a Promotoria da Mulher. Essas instituições foram implantadas depois de muitas reuniões com diversas autoridades de São Luís. Lembrou também da criação e instalação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher em 2010. A presidenta afirmou que toda essa trajetória foi feita pela sociedade civil, e asseverou que foi esse mesmo movimento que em documento solicitou a criação do Centro Integrado da Mulher, ao governador do estado, um espaço que funcionasse todos os serviços, já reivindicado desde 2008 as autoridades municipais e estaduais, e nos seus documentos sempre destacou a importância desse espaço funcionar no centro da cidade, já que facilita e garante que as mulheres mesmo vindo a pé de bairros distantes cheguem em segurança, o que é inviável se esse espaço for construído no bairro da Vila Nova como determinou a gestora da secretaria estadual, sem qualquer diálogo com a sociedade civil, já que as mesmas sabiam da discordância da construção no local em debate. A presidenta informou que o CMDM e o Fórum de Mulheres de Imperatriz já se manifestaram em documento e em reunião com o presidenta da AGEMSUL sobre os prejuízos que significará a retirada da Delegacia da Mulher do centro da cidade, mas que não houve qualquer disposição de suspender o projeto para se pensar outras alternativas, como por exemplo a transferência da Delegacia Regional de Segurança Pública juntamente com outras delegacias, entre elas a de trânsito que mantém vários carros apreendidos estacionados naquela área onde funciona várias outras delegacias no centro da cidade. Após exposição alguns vereadores se manifestaram a favor do pelito do CMDM, entre eles, Fatima Avelino, João Silva, Pedro Gomes e José Carlos, enquanto os vereadores Ditola, Carlos Hermes e Aurélio justificaram com argumentos infundados a mudança da Delegacia da Mulher e demais serviços para a Vila Nova enquanto o vereador José Carlos levantou a proposta de se criar outra delegacia da mulher para funcionar na Casa da Mulher Maranhense na Vila Nova e manter a delegacia da mulher existente funcionando no centro da cidade, o que foi visto pelo vereador Carlos Hermes como uma possibilidade e se dispôs a negociar com o governo sem indicar qualquer data para conversar com as pleiteantes. A Tribuna Popular se encerrou sem qualquer encaminhamento por parte da mesa diretora da Câmara.